

INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS E O IMPACTO NA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE NOVA ROSALÂNDIA – TO

FALTA DE RECURSOS FINANCIEROS Y SU IMPACTO SOBRE LA APLICACIÓN DEL PLAN ESTRATÉGICO DEL MUNICIPIO NOVA ROSALÂNDIA – TO

Roseni Alves Arruda

Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)
rosenirterra@yahoo.com.br

Resumo: *Com este trabalho, buscou-se conhecer os reflexos da Insuficiência de Recursos Financeiros e o Impacto na Execução do Plano Estratégico Municipal, de Nova Rosalândia. Para tanto, foi realizada uma pesquisa junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, no período de 2015 – 2016, utilizando-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, com método exploratório de natureza aplicada por meio de uma entrevista não estruturada, pesquisa documental e consultas bibliográficas, visando obter dados para a resposta da pesquisa. Esta, teve como problema, quais resultados podem ser esperados a partir da aplicação de um planejamento estratégico na administração pública municipal diante de uma situação de insuficiência de recursos financeiros. Os resultados foram alcançados através de análises e comparações nas metas. No PPA de 2014 a 2017 da Prefeitura, a ação que mais sofreu impacto foi a falta de construção de uma creche - considerada um local de suma importância para a comunidade, pois promove o cuidar, o socializar e o educar das crianças e por ser um local importante de segurança para os pais que trabalham fora.*

Palavra chave: LDO; LOA; PPA.

Resumen: *En este trabajo, hemos tratado de comprender los efectos de los recursos financieros de la insuficiencia y el impacto sobre la aplicación del Plan Estratégico Municipal de Nova Rosalândia. Para esto, se realizó una encuesta con el Departamento de Planificación y Medio Ambiente de la ciudad, en el periodo 2015 - 2016 utilizando un enfoque cualitativo y cuantitativo con carácter aplicado el método de exploración a través de una entrevistas no estructuradas, la investigación de documentos y consultas bibliográficas para obtener datos para responder a la encuesta. Esto tenía como un problema, ¿qué resultados se pueden esperar de la aplicación de la planificación estratégica en el gobierno municipal ante una situación de insuficiencia de fondos. Los resultados se obtuvieron mediante el análisis y la comparación de los objetivos. En el PPA 2014-2017 del Ayuntamiento, la acción que sufrió mayor impacto fue la falta de construcción de una guardería - se considera un lugar de gran importancia para la comunidad, promueve el cuidado, la socialización y la educación de los niños y ser una importante lugar de seguridad para los padres que trabajan.*

Palabra clave: LDO; de eslorá; PPA

Introdução

Este trabalho é o esforço de uma pesquisa realizada junto a Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia-TO, para a conclusão do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Estadual do Tocantins/Sistema Universidade Aberta do Brasil – Turma 2013/1.

Uma administração que se preze deve maximizar a qualidade de suas ações com o menor custo possível, independente de ser uma administração pública ou privada.

Uma das metodologias, que quando bem aplicada, ajuda de sobremaneira ao atingimento dos resultados previstos pela administração é o planejamento estratégico, pois se no passado já não era aceitável, nos dias atuais ficou ainda pior uma administração pautada em uma gestão na base de “apagar incêndio”, principalmente quando esta administração é a pública, pois os cidadãos não podem e nem devem pagar pelas “aberrações” administrativas cometidas pelos seus eleitos.

O planejamento deve ter a capacidade de ser flexível, mas esta flexibilidade não pode servir de fuga de objetivo e sim de realinhamento de procedimentos justamente para o atingimento dos objetivos da forma mais eficiente e eficaz possível com vista a efetividade das ações.

A administração pública utiliza o Plano Plurianual – PPA que é um instrumento legal previsto pela constituição federal de 1988 onde são definidas as prioridades e estratégias governamentais para um período de quatro anos, a partir da organização e viabilização das políticas públicas. No

PPA devem ser estabelecidos os caminhos necessários para o correto atendimento das metas estabelecidas, portanto é o planejamento da administração pública, não um planejamento estratégico, pois passa a incorporar o plano de governo. Enquanto o planejamento estratégico busca uma leitura entre o presente e o passado para daí projetar o futuro.

A pesquisa teve como objetivo demonstrar os reflexos da insuficiência de recursos financeiros na Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia – TO, nos resultados de seu planejamento estratégico. Para alcançar o objetivo geral deste trabalho, foi necessário conhecer a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal, por meio de uma pesquisa campo, com a utilização de método exploratório, coleta de dados e consultas a várias bibliografias, com início em 2015 e término em 2016. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Identificar as metas constantes na revisão do PPA 2014 – 2017 do município de Nova Rosalândia; comparar as metas planejadas, em relação às metas alcançadas até o primeiro quadrimestre de 2016, analisar as previsões constantes na LDO do último exercício e comparar com o realizado.

Planejamento estratégico dentro de uma instituição pública requer muito esforço, dedicação e compromisso. É por meio dele que abre caminhos de oportunidades para conseguir traçar planos, metas, rumos para alcançar os objetivos propostos. Este é considerado o eixo norteador para o PPA – Plano Plurianual que abrange as ações, os objetivos do governo, a definição das fontes de a administração pública deve a partir da elaboração de seu PPA estabelecer seu plano de médio prazo, onde deverão ser definidas as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidas no decorrer dos quatro anos de um mandato. Mas quando há pouco recurso financeiro fatalmente este planejamento termina por ficar comprometido, pois a demanda termina por ser maior que as condições reais em oferecer respostas para tal.

Para apoiar a elaboração, acompanhamento e avaliação das ações preconizadas em um PPA, a administração pode buscar base em um bom planejamento estratégico. Este planejamento demanda de muito conhecimento e esforços e por que não dizer percepção de prioridade, por parte dos envolvidos, visto ser esta uma metodologia que possibilita a elaboração para suas metas.

Este artigo foi organizado com as seguintes partes: Introdução, Descrição Metodológica, Referencial Teórico, Caracterização Geral do Ambiente da Pesquisa, Resultados da Pesquisa, Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

Descrição metodologia

O trabalho ora apresentado foi realizado a partir de uma pesquisa campo identificando, compreendendo e demonstrando os reflexos da insuficiência de recursos nos resultados do planejamento estratégico municipal de Nova Rosalândia.

Segundo Gonsalves (2001, p.67), a pesquisa campo é:

O tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Realizou-se uma pesquisa a partir do qualitativo onde, segundo Chizzotti (1995, p.79),

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Esta pesquisa foi realizada em **três etapas**. **Na primeira**, a coleta de dados, por meios de consultas bibliográficas que versam sobre os temas planejamento estratégicos e PPA para maior conhecimento do assunto e pesquisa documental voltado para o plano estratégico municipal de Nova Rosalândia (PPA e LDO) com o intuito de identificar as metas planejadas e as atingidas.

Oliveira (2007, p. 70) complementa o conceito de pesquisa documental

Que esta, recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. “Na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”

Na segunda etapa, os dados foram obtidos por meio de uma entrevista não estruturada junto ao Secretário de Planejamento, Secretário de Controle Interno, Secretário de Administração e Finanças e com o Gestor municipal, com a finalidade de identificar as causas dos possíveis não atingimento de metas definidas no PPA e LDO, principalmente em termos de arrecadação, e seus reflexos no Plano Estratégico no Município de Nova Rosalândia.

Os autores Marconi e Lakatos, (2006, p 10), “ressaltam que, a entrevista não estruturada, o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada”.

Partindo do pressuposto, a entrevista não estruturada dá maior liberdade para os pesquisadores saber mais sobre o tema.

Na terceira etapa, as tabulações e análises necessárias dos dados coletados, foram realizadas com o objetivo de demonstrar os reflexos da insuficiência de recursos financeiros municipal de Nova Rosalândia – TO, nos resultados de seu planejamento estratégico.

Sobre análises de dados tabulados, Gil, (1999, p. 168), explica que,

[...] tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Conforme citação do autor Gil (1999, p. 168), tabulação de dados é momento importante da pesquisa, pois, é quando é padronizado e codificado as resposta obtidas por meio dos instrumentos de coleta de dados. Ou seja, é quando o pesquisador vai analisar e organizar os dados coletados.

Referencial teórico

Esta pesquisa teve como norte os seguintes pressupostos teóricos abaixo citados:

O planejamento estratégico, segundo Dagnino (2010, p.85) surgiu em:

[...] meados da década de 1970... Como resultado da busca de uma ferramenta de suporte ao mesmo tempo científica e política para o trabalho cotidiano de dirigentes públicos e outros profissionais em situação de governo.

Neste sentido, planejamento estratégico é um instrumento imprescindível para a gestão pública, pois, é por meio dele que o gestor público pode organizar e planejar sua gestão pública.

O estudioso Kotler (1975, p. 20) conceitua planejamento estratégico como sendo “[...] uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização visando maior grau de interação com o ambiente”.

No entanto, planejamento estratégico é pensar a maneira viável para que a organização tome rumo.

O pesquisador Harrison (2005, p. 45) aponta três perspectivas do Planejamento Estratégico que apoia o desenvolvimento das estratégias:

A primeira delas é a perspectiva tradicional, que consiste na análise de ambientes internos e externos. Nessa perspectiva, as vantagens competitivas são obtidas por meio dos pontos fortes e das oportunidades e da superação dos pontos fracos e das ameaças. Outra perspectiva é a baseada em recursos, que considera as empresas como conjunto de recursos, que, portanto, obterá vantagem competitiva se possuir recursos superiores. A terceira perspectiva é a de visão do público interessado, ou *stakeholders*, e se baseia no relacionamento e na gerência da empresa com seus públicos interessados.

Na visão de Kotter (1997, p. 71), “o planejamento estratégico voltado a gerencia gera Planos: etapas específicas e cronogramas para implementar as estratégias. Orçamentos: planos convertidos em projeções e metas financeiras”.

Contudo, o planejamento estratégico deve estar ligado a qualquer setor de qualquer organização.

O Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento, em seu III Encontro de Coordenação Orçamentária, Financeira e Fiscal de Países Ibero-americanos, “Planejamento Estratégico x PPA Desafio dos Estados no Brasil”, realizado nos dias 02 e 04 de abril de 2014, faz um paralelo entre Planejamento Estratégico e PPA: (FIPECA, p. 01, 2014).

O que é?

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

→ Definir prioridades de ação do governo e da sociedade (não é um plano do Governo embora este seja o principal patrocinador e articulador da execução);

→ Construir uma agenda estratégica de longo prazo (20 anos), médio prazo (10 anos) e curto prazo PPA (4 anos);

→ Estabelecer carteira de projetos com as prioridades para negociação com parceiros, incluindo setor privado e governos federal, estadual e municipal (não se limita, portanto, ao que o Setor Público deve fazer).

Enquanto PPA PLANEJAMENTO PLURIANUAL:

→ É o instrumento legal, de planejamento, previsto na Constituição Federal/88 em seu art. 165 e na Constituição Estadual/89, art. 164, que define as prioridades e estratégias governamentais dos próximos quatro anos de governo;

→ É construído no 1º ano e começa a vigorar a partir do 2º ano do governo;

→ É elaborado a partir dos compromissos de campanha (transforma o plano de campanha em plano de governo) apresentado ao Legislativo até 31/08 do ano de sua elaboração.

Para a construção do planejamento estratégico, os autores Wright, Kroll & Parnell (2000, p.24), ressaltam:

que a administração “...é um termo que abrange os estágios iniciais de determinação da missão e os objetivos da organização no contexto de seus ambientes externo e interno. Desse modo, administração estratégica pode ser vista como uma série de passos em que a alta administração deve realizar as tarefas a seguir: analisar oportunidades e ameaças ou limitações existentes no ambiente externo; analisar os pontos fortes e fracos de seu ambiente interno; estabelecer a missão organizacional e os objetivos gerais; formular estratégias (no nível empresarial, no nível de unidades de negócio e no nível funcional) que permitam à organização combinar os pontos fortes e fracos da organização oportunidades e ameaças do ambiente; implementar as estratégias; e realizar atividades de controle estratégico para assegurar que os objetivos gerais da organização

sejam atingidos”.

Para FIPECAF(p. 01, 2014), a construção do planejamento estratégico e do Plano Plurianual tem diferentes processos, vejamos:

Quem constrói?

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

- Fundamentalmente toda a sociedade;
 - Técnicos do Setor Público;
 - Representantes da Iniciativa Privada;
 - Representantes da Sociedade Civil Organizada.
- PPA - PLANEJAMENTO PLURIANUAL:
- Governo promove um amplo debate com a sociedade, de forma regionalizada, aproximando o governo das organizações da sociedade civil e das instituições públicas, com vistas a compartilhar as definições estratégicas do governo e incorporar as prioridades regionais.
 - Como construir?
- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:
- A construção do futuro baseia-se na avaliação crítica do presente e do passado de modo a distinguir, com clareza e pragmatismo, o que é bom e deve ser preservado e o que é ruim e deve ser mudado;
 - Suporte e Capacitação Metodológica a todos os envolvidos;
 - Pesquisas Qualitativa e Quantitativa.
- PPA - PLANEJAMENTO PLURIANUAL:
- Integração das três esferas de governo: Federal – Estadual – Municipal, segundo uma visão estratégica regional visando a redução das desigualdades;
 - Apresentar o que é o PPA, seu fundamento teórico e jurídico, objetivos, metodologia de elaboração, demonstrando sua importância no planejamento de longo prazo;
 - Validar a Formulação Estratégica de Governo, identificar projetos prioritários regionais que servirão de subsídios para elaboração das políticas públicas a serem incluídas no PPA.

Observa-se que o planejamento estratégico tem o papel de prever os recursos futuro de que a instituição necessitará para trabalhar com antecedência.

Frezatti(2007, p. 46), conceitua orçamento dizendo:

“Orçamento é o plano financeiro para implementar a estratégia da empresa para determinado exercício. Contém as prioridades e a direção da entidade para um período e proporciona condições de avaliação do desempenho da entidade, suas áreas internas e seus gestores”.

Com relação a base orçamentária FIPECAF (p. 01, 2014), destaca os seguintes pontos:

Base Orçamentária:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

- Recursos do Governo Federal;
- Recursos do Governo Estadual;
- Recursos do Governo Municipal;

- Recursos do diversos setores da Iniciativa Privada.
- PPA - PLANEJAMENTO PLURIANUAL:
 - Tem como base a previsão de receita elaborada para o período, partilhada a cada ano;
 - Previsão de convênios em andamento ou novos com o Governo Federal
 - Contratos de empréstimos em andamento ou previstos.

A Constituição Federal (CF) promulgada em 1988, trouxe importantes novidades no campo da gestão das instituições do Estado. Ela estabeleceu o funcionamento da administração pública sob o marco sistêmico de três leis hierarquizadas e integradas: o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

No que diz respeito ao conteúdo do PPA, a norma geral resume-se ao disposto no art. 165, §1º, da CF:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Nos incisos seguintes do caput do art. 165, a Constituição trata da base orçamentária:

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

A LOA – Lei Orçamentária Anual é elaborada pelo gestor de acordo com a constituição com a finalidade de possibilitar a execução das ações planejadas no PPA. É elaborada anualmente e estabelece as normas para elaboração, execução e controle orçamentário.

A constituição aborda no § 5º, a lei orçamentária anual:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da união, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público;

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas

e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Observa-se que planejamento estratégico é um planejamento que se preocupa em formular objetivos para programas de ação e sua execução, interna e externa. O PPA é um plano de médio prazo, elaborado no primeiro ano de mandato, de forma regionaliza as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras decorrentes e para aquelas referentes programas de duração continuada. Enquanto a LDO, compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, além, de orientar a elaboração da LOA. A LOA, por sua vez, discrimina os recursos orçamentários e financeiros para atingir as metas e prioridades estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Caracterização geral do ambiente da pesquisa

Ambiente Geral

Observou-se que a instituição pesquisada tem uma estrutura hierárquica, contudo não tem um organograma construído.

Um organograma dentro de uma organização serve para representar sua relação hierarquia, facilitar o planejamento e execução de suas ações, como também, organizar uma estrutura organizacional.

Partindo do pressuposto supracitado somado as observações sobre a estrutura física administrativa identificada e em atendimento a Lei Municipal nº 231/2005, foi elaborado e proposto um organograma (figura), com o objetivo de evidenciar graficamente os elementos componentes da administração pública do município.

Figura 1: Sugestão de Organograma para a Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia – TO



Fonte: construído pelo próprio acadêmico.

Em entrevista sobre o nível de conhecimentos por parte dos servidores, sobre o detalhamento dos procedimentos administrativos ocorridos em seus departamentos e seus efeitos na entidade, o secretário respondeu que a Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia, tem um sistema de formação

e qualificação para os servidores como um todo. Tem um projeto Macro denominado FUNCAP-Fundo de Capacitação dos Servidores, que custeia as capacitações para os funcionários, realizada durante o ano, conforme seus departamentos, para que este possa desenvolver melhor suas atribuições. Observou-se no momento, que o servidor tem habilidade em processo de licitação.

Quanto aos canais de relacionamento interno e externo, o servidor ressaltou que o interno é por meio de memorando e externo por meio do Site da Prefeitura, Redes Sociais, Placar da prefeitura e Publicação em Diários.

Sobre os documentos utilizados pela entidade, informou o secretário que utiliza de ofícios, memorandos, portarias, decretos e editais.

Em indagação quanto a velocidade na tomada de decisão com base na estrutura organizacional e seus efeitos percebidos pelos servidores, esclareceu o funcionário, que é rápida a tomada de decisão, obedecendo aos limites predestinados.

Subárea

O trabalho apresentado foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de campo junto a Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia, com o objetivo de compreender quais os reflexos da insuficiência de recursos financeiros e o impacto causados na execução do plano estratégico do municipal. Teve como entrevistados o Secretário de Planejamento e Meio Ambiente, o Secretário de Controle Interno, a Secretária de Administração e Finanças e com o Gestor Municipal.

Diagnóstico

Após analisar os dados obtidos por meio das entrevistas entre o secretário de planejamento e meio ambiente, secretária de administração e finanças, secretário de controle interno e gestor municipal, observou-se que houve divergência na questão de nº oito, entre dos entrevistados. O secretário de controle interno, afirmou que os recursos são suficientes sim para a administração local. Enquanto que a secretária ressaltou que às vezes o planejado no PPA, não são executados por falta de repasse dos recursos pelo Governo Federal. Já o secretário de planejamento e meio ambiente e o gestor municipal, afirmaram que os recursos não são suficientes, pois, muitas vezes o governo não repassa o que foi planejado, a arrecadação do município é baixa e não tem fonte de renda voltada para indústria, agricultura, agropecuária e outros. É por isso que a prefeitura não tem como investir para atender a demanda. O prefeito, também, afirmou que os recursos são insuficiente face a demanda crescente que hoje está aproximadamente quase três mil habitantes. Quando os recursos não são suficientes para a execução do PPA, com certeza, haverá um impacto, pois, diante desta situação, ficam ações planejadas sem serem executadas e muitas das vezes a população não entende.

Ao analisar o PPA/LOA e LDO, observou-se que é sistematizado, mas, foram encontradas dificuldades em observar as ações planejadas e executadas, pois, as planejadas são complexas e soltas de difícil entendimento. No sítio da prefeitura não estão todas as ações planejadas. Foi necessário o contato do contador da referida instituição para obter os resultados coletados.

Diante dos resultados obtidos através dos entrevistados, observou-se que os recursos são insuficientes, devido o município depender somente dos recursos do governo federal e estadual, e estes às vezes não são repassados de forma integral. E por a renda própria ser insignificante e pela falta dos recursos repassados, há impacto no desenvolvimento das políticas e projetos do município. Ou seja, com poucos recursos financeiros, o gestor não consegue oferecer uma gestão de acordo com o desejado ou planejado no PPA.

Resultados da pesquisa

Ao analisar as metas planejadas no PPA 2014 – 2017, todos responderam que foi planejado um montante no valor de R\$ 32.296.290,00 (trinta dois milhões, duzentos noventa e seis mil e duzentos e noventa reais), para os anos de 2014, 2015 e 2016. Para o ano de 2017, só saberá o montante no final do ano de 2016, que será aprovado.

Sobre os valores em recursos financeiros repassados pela União, Estado e Município, no ano de 2014, todos responderam que a prefeitura recebeu da União, R\$ 8.836.719,00 (oito milhões, oitocentos trinta seis mil, setecentos e dezenove reais), do Estado, 351.000,00 (trezentos cinquenta

e um mil reais) e arrecadados no Município o valor de R\$ 199.000,00 (cento noventa e nove mil reais). Em 2015, a prefeitura recebeu um valor de R\$ 8.877,900 (oito milhões, oitocentos setenta sete mil e novecentos reais) da União, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) do Estado e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), arrecadados no Município.

Tabela 01. Composição das Receitas Municipal, em 2014.

Ente federativo	Valores (R\$)	Participação (%)
União	8.836.719,00	94
Estado	351.000	4
Município	199.000	2
Total	9.386.719	100

Fonte: PPA 2014

Tabela 02 . Composição das Receitas Municipal, em 2015.

Ente federativo	Valores (R\$)	Participação (%)
União	8.877.900	94
Estado	400.000	4
Município	200.000	2
Total	9.477.900	100

Fonte: PPA 2015

Ao comparar as metas planejadas e as metas atingidas para o ano de 2014, responderam os entrevistados que as metas planejadas e não atingidas foram: 01 Creche, Asfalto no Setor Jardim do Aeroporto e Setor Oeste, 06 pontes, cobertura de uma quadra de esporte, 02 unidades de saúde, Tapa buracos, calçadas e reforma na escola municipal. Já as metas atingidas informaram os entrevistados, que foram a construção de uma quadra poliesportiva na escola municipal, Climatização no Centro de Educação Infantil, a compra de 01 máquina varredora de rua e 01 unidade de saúde no distrito de Campo Maior. As metas estabelecidas, que não foram atingidas no PPA 2015, responderam que foram 01 Creche, asfalto no Setor Jardim do Aeroporto e Setor Oeste, 02 pontes e calçadas. Já as metas estabelecidas no PPA em 2015 que foram atingidas, foram a cobertura de uma quadra de esportes, 02 unidades de saúde, 04 pontes, 01 Construção de 01 canteiro de Grama Esmeraldo na Avenida Araguaia e reforma na escola municipal.

Ao analisar as previsões constantes na LDO do último exercício e comparar com o realizado para o ano de 2014, afirmaram os entrevistados, que foi um valor de R\$ 9.527.900,00 (Nove milhões quinhentos vinte sete mil e novecentos reais). Quanto à execução, disse o gestor que foi um montante no valor de R\$ 8.807.022,73 (oito milhões, oitocentos e sete mil, vinte dois reais e setenta e três centavos). Para o ano de 2015, disseram que foi um montante no valor R\$ 11.855.250,00 (onze milhões oitocentos cinquenta cinco mil e duzentos cinquenta reais). O valor das ações executadas foi no valor de R\$ 9.386.774,37 (nove milhões trezentos oitenta e seis mil, setecentos setenta quatro reais e trinta sete centavos). Para dá resposta ao tema do trabalho, os entrevistados explicaram, que a meta mais impactada estabelecida no PPA de 2015, para a prefeitura municipal de Nova Rosalândia, foram duas ações. Uma creche - considerada um local de suma importância para a comunidade, pois promove o cuidar, o socializar e o educar das crianças e por ser um local importante de segurança para os pais que trabalham. Sem ela, fica um caos para o município, pois, tem muitas famílias carentes dependendo de uma creche para levarem seus filhos, enquanto buscam serviços para o seu sustento. A outra ação, e a construção de asfalto em dois setores que ficou sem ser realizados devidos faltam de recursos, que serve para embelezar as ruas como também, evitar doenças causadas pela poeira. E por falta de asfalto nesses dois setores, vem aparecendo muitas doenças tais como: gripes, doenças pulmonares entre outras doenças.

Vale ressaltar que as ações planejadas no PPA, devem ser organizadas de tal forma que possam ser executadas. A LDO assegura no sentido de estabelecer a aquisição de recursos no orçamento anual para que seja garantida a execução das metas propostas.

Considerações finais

Considerando os dados apresentados neste trabalho: Insuficiência de Recursos Financeiros e o Impacto na Execução do Plano Estratégico para o Município de Nova Rosalândia, foi possível diagnosticar que os impactos acontecem quando o planejado no PPA não é executado por falta de repasse pela esfera responsável. No PPA de 2014 a 2017 da prefeitura, a ação que maior sofreu, impacto foi a falta de construção de uma creche - considerada um local de suma importância para a comunidade, pois promove o cuidar, o socializar e o educar das crianças e por ser um local importante de segurança para os pais que trabalham fora, e a falta de realização de asfaltos em dois setores da cidade. Para dá resposta ao problema, descobriu-se que a partir da aplicação de um planejamento estratégico na administração pública diante de insuficiência de recursos financeiros, torna-se difícil para a equipe. Pois, o que é planejado deve-se ser executado e quando isso não acontece, a população não entende e cobra muito neste sentido.

Esta pesquisa teve como objetivo demonstrar os reflexos da insuficiência de recursos financeiros municipal de Nova Rosalândia – TO, nos resultados de seu planejamento estratégico, que foram utilizados instrumentos para analisar as metas constantes na revisão do PPA 2014 – 2017 do município de Nova Rosalândia, onde identificou-se que foi estimado um valor no PPA 2014 – 2017, de R\$ 32.296.290,00 (trinta dois milhões, duzentos noventa e seis mil e duzentos e noventa reais), referente aos anos de 2014, 2015 e 2016. Para o ano de 2017, só saberá o montante no final do ano de 2016, que será aprovado. Para comparar as metas planejadas no PPA 2014 – 2017, em relação às metas alcançadas até o primeiro quadrimestre de 2016. Descobriu-se que as metas planejadas para 2014 foi um montante no R\$ de 9.527.900,00 (Nove milhões, quinhentos vinte sete mil e novecentos reais) enquanto que a execução foi u no valor de R\$ 8.807.022,73 (oito milhões, oitocentos e sete mil, vinte dois reais e setenta e três centavos). Para 2015, foi planejado um montante no valor R\$ 11.855.250,00 (onze milhões oitocentos cinquenta cinco mil e duzentos cinquenta reais). O valor das ações executadas foi no valor de R\$ 9.386.774,37(nove milhões trezentos oitenta e seis mil, setecentos setenta quatro reais e trinta sete centavos). No item analisar as discrepâncias entre as metas planejadas e as metas atingidas como também analisar as previsões constantes na LDO do último exercício, observou-se que os recursos que a prefeitura recebeu da União, foi um montante no valor de R\$ 8.836.719,00 (oito milhões, oitocentos trinta seis mil, setecentos e dezenove reais), pelo Estado, 351.000,00(trezentos cinquenta e um mil reais) e arrecadados no Município no valor de R\$ 199.000,00 (cento noventa e nove mil reais), no ano de 2014. No ano de 2015, foi um valor de R\$ 8.877,900 (oito milhões, oitocentos setenta sete mil e novecentos reais) da União, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) do Estado e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), arrecadados no Município. Para dá sentido ao tema sobre diante da insuficiência de recursos financeiros, qual o impacto na execução do plano estratégico do município, teve-se como resposta o impacto é visível, pois minimiza o poder de efetivação de importantes políticas públicas, bem como substancialmente compromete nosso ousado sonho/projeto de desenvolvimento, inclusive no quesito melhoria da infraestrutura do município e que as ações que sofreram maior impacto foram uma creche - considerada um local de suma importância para a comunidade, pois promove o cuidar, o socializar e o educar das crianças e por ser um local importante de segurança para os pais que trabalham. Sem ela, fica um caos para o município, pois, tem muitas famílias dependendo de uma creche para levarem seus filhos e a construção de asfalto em dois setores que ficaram sem ser realizados devidos faltam de recursos, que serve para embelezar as ruas como também, evitar doenças causadas pela poeira. E por falta de asfalto nesses dois setores, vem aparecendo muitas doenças tais como: gripes, doenças pulmonares entre outras doenças.

O trabalho foi significativo no sentido de conhecer como funciona o planejamento e a execução dos recursos financeiros que a Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia recebe. Por um lado, foi difícil, devido nem todas as informações os entrevistados sabiam no momento, precisou-se recorrer à documentação do contador. Uma sugestão seria postar todas as informações no portal da transparência da Prefeitura de forma sistemática, clara e concisa (cada ação com seus devidos recursos). Por outro lado, foi gratificante, pois trouxe para como acadêmico de Administração Pública, maiores informações sobre como planejar e executar os recursos públicos por meio do PPA, LDO e LOA.

Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**, Diário Oficial da União, 02/10/1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº. 62 de 09/12/2009. CMO, 1988.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

DAGNINO, Renato, Peixoto. **Planejamento Estratégico Governamental**. Gestão Pública, 2010.

LEI nº 357/2014, 17/12/2014 – **PPA/2015**. www.novarosalândia.to.gov.br/legislação. Acesso em 02/11/2016.

LEI nº 358/2014, 17/12/2014 - **LDO/2015**. www.novarosalândia.to.gov.br/legislação. Acesso em 02/11/2016.

LEI nº **359/2014, 17/12/2014 – LOA/2015**. www.novarosalândia.to.gov.br/legislação. Acesso em 02/11/2016.

LEI nº 368/2015, 24/11/2015 – **PPA /2016**. www.novarosalândia.to.gov.br/legislação. Acesso em 02/11/2016.

LEI nº 369/2015, 24/11/2015 - **LDO/2016**. www.novarosalândia.to.gov.br/legislação. Acesso em 02/11/2016.

LEI nº 370/2015, 24/12/2015 – **LOA/2016**. www.novarosalândia.to.gov.br/legislação. Acesso em 02/11/2016.

LEIS de revisão nº 10/2015: **PPA. LDO nº 11/2015 e LOA nº 12/2015**.

FIPECAFI - **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras** Faculdade credenciada Portaria MEC nº, 542, D.O.U. de 2014.

FREZATTI, Fabio. **Orçamento Empresarial: Planejamento e Controle Gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

HARRISON, Jeffrey S. **Administração estratégica de recursos e relacionamentos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

KOTTLER, John P. **Liderando a Mudança**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
_____. **Administração de marketing**. São Paulo: Atlas, 1975.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

WRIGHT P.; KROLL, M. J. & PARNELL, J. **Administração estratégica**. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.